

CANGAÇO: UM MITO NO “PAÍS DOS NORDESTINOS”¹

Vagner Silva Ramos Filho

Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará – UFC
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) - Campus Assú.

E-mail: vagner_amosf@hotmail.com

Resumo

O presente texto aborda o cangaço, fenômeno de banditismo rural ocorrido entre o século XIX e o século XX, com enfoque em sua sobrevivência no campo da memória. Procura contextualizar o fenômeno, destacando peculiaridades em torno da entrada, vivência e morte na trajetória bandoleira; investigar a construção histórica da relação entre a memória do cangaço e a temporalidade da região nordestina, notando diferentes paradigmas de leituras acerca deste mito; perceber como essas notas permitem entender ressignificações do fenômeno no tempo presente, analisando algumas memórias no contexto da redemocratização política brasileira. O estudo desses trabalhos memoriais problematiza estratos do tempo que reivindicam rupturas, permanências e demais ramificações no terreno imaginário das ditas identidades regionais.

Palavras-chave: Cangaço; Nordeste; Lampião; Memória; Temporalidade.

¹ O texto é fruto de parte da dissertação do autor (2016).

CANGAÇO: A MYTH IN THE “NORTHEASTERN COUNTRY”

Vagner Silva Ramos Filho

Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará – UFC
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) - Campus Assú.

E-mail: vagner_ramosf@hotmail.com

Abstract

This paper approaches *Cangaço* – a phenomenon of rural banditry that occurred between nineteenth and twentieth centuries – particularly focusing on its survival in the field of memory. It aims to contextualize the phenomenon, highlighting singularities around the entry, experience and death in the bandit trajectory; to explore the historical construction of the relation between the memory of *Cangaço* and the temporality of the Northeastern region, noting different paradigms of readings about this said myth; to understand how this notes allow us to understand re-significations of the phenomenon in the present time, analyzing some memories in the context of Brazilian political re-democratization. The study of these memory works problematizes temporal strata that claim for ruptures, continuities and other ramifications in the imaginary field of the regional identities.

Keywords: Cangaço, Brazilian Northeast, Lampião, Memory, Temporality.

Estamos em 1986. Os princípios democráticos retornam gradualmente à cena política brasileira. O jovem cineasta cearense Rosenberg Cariry acaba de lançar seu primeiro longa-metragem, *Caldeirão da Santa Cruz do Deserto*, película que almeja reascender a chama de memórias então silenciadas. Na abertura da fita, o espectador é informado pelo narrador que: “desde as sesmarias, o latifúndio divide o Nordeste entre senhores e miseráveis, mas já o povo pobre agitava-se em levantes. Beatos e cangaceiros lideravam as massas oprimidas contra a infelicidade e a fome” (CARIRY, 1986).

A narrativa do *Caldeirão* tem nítida semelhança com muitas outras que abordam as relações entre o fenômeno do cangaço e a região nordestina porque a tomam como se estivessem umbilicalmente conectadas. Assim, seria interessante levantar algumas questões: Por que se lembra tanto do Nordeste quando se pensa no cangaço? Como esse vínculo foi visto no decorrer do tempo entre seus vários acordos e conflitos? Quais as marcas de ressignificação do cangaço no tempo presente?

Esse artigo tem alguns objetivos centrais. No itinerário do escrito, eles desdobram-se em analisar a historicidade do fenômeno bandoleiro; perceber como foi construída essa forte ligação identitária entre memória cangaceira e temporalidade nordestina através de debate balizado pelo conceito de “comunidade imaginada”; problematizar este mito nordestino percebendo as suas principais linhas de interpretação ao longo dos anos; e investigar algumas rememorações no contexto da redemocratização política brasileira. Daí surgem proposições de abordagem que talvez contribuam com a ruminação de complexidades que circundam as temáticas em relevo.

O fenômeno do cangaço

Na virada do século XIX para o XX, o primeiro período republicano do Brasil, conhecido como a República Velha, entrou oficialmente em vigor. Em cada canto do país, onde o advento do regime foi vivenciado de forma diferente, notam-se cenários contrastantes. Para Margarida de Souza Neves (2003), “algumas cidades pareciam mudar em ritmo mais acelerado na política, no cotidiano, nas ideias, nas práticas sociais, na vida dentro das casas e no que se via nas ruas”, mas a sensação nas fazendas, nas vilas do interior e nos sertões do país era mais de marasmo, e a rotina secular,

“alicerçada em privilégio de coronéis e rígidas hierarquias assentadas sobre a propriedade, continuava sem tanta alteração”. Nesse retrato brasileiro, que “condensa o contraste entre os ideais de civilização que pautam os sonhos de seu tempo e a dura realidade do Brasil”, evidenciam-se paradoxos que envolvem outros episódios.

Nessa conjuntura, certas experiências sertanejas de diferentes matrizes, vinculadas à religiosidade ou ao banditismo, cujos representantes de maior repercussão foram Padre Cícero, Antonio Conselheiro e Lampião, transformaram-se em temas recorrentes no debate público, sobretudo, no tocante ao trato do Estado com as tensões entre os cenários urbanos e rurais. Distante de evocar qualquer tipo de constante determinista, os paradoxos que esses fenômenos suscitam são centrais para se entender as condições sociais dos seus surgimentos, desenvolvimentos e desfechos. Porventura, contribui com a compreensão de parte das formas como são lembrados, esquecidos e silenciados, afinal, tratam-se de “janelas para decifração de partes delicadas da história brasileira”.

Na extensa lista de trabalhos que compõem a historiografia do cangaço (Cf. WIESEBRON, 1997), o ensaio de Luiz Bernardo Pericás é interessante porque se distancia das leituras que abordam o sertão como um ambiente estático, homogêneo e rústico, o que possibilita evidenciar peculiaridades do que se convencionou denominar de cultura nordestina. Mas, por enquanto, retornemos ao fenômeno. Conforme sintetiza Pericás (2010), no decorrer dos séculos XVI, XVII e XVIII, notam-se diferentes formas de vivência fora da lei caracterizadas pela prática de delitos, como o saque, a morte e o estupro. O fenômeno cangaceiro surge entre os séculos XIX e XX, especificamente durante as décadas de 1890 e 1940, período que compreende a instauração da Primeira República e o início do Estado Novo. Nesse intervalo, em que o fenômeno torna-se epidêmico, o chamado “cangaço independente” prevalece, ou seja, os bandoleiros que o integravam deixam de ter vínculos diretos com “coronéis”. Os mais importantes cangaceiros, tais como Antônio Silvino, Sinhô Pereira, Ângelo Roque, Jararaca, Lampião e Corisco, situam-se nesse momento.

Virgulino Ferreira da Silva, amplamente conhecido como “Lampião”, nasceu no sítio de Passagem das Pedras, atual município de Serra Talhada, estado de Pernambuco, em 1897. O ciclo lampiônico, fase que contempla a entrada, a liderança e a morte de Virgulino no cangaço, entre os anos de 1916 a 1938, é considerado o período áureo do fenômeno. Alguns fatores permitem entender o porquê deste cangaceiro ter conquistado

o epíteto de “Rei do Cangaço”: a grande estruturação e atuação ampla de seu bando; a integração diversificada dos grupos, que contavam com a presença de mulheres, crianças e até animais de estimação; a ideia de que nunca abandonou o cangaço, não se rendeu e nem foi preso, diferentemente de outros líderes cangaceiros; e o maior alcance da mídia - rádios, revistas e jornais - que divulgava várias fotos e histórias de sua trajetória (PERICÁS, 2011).

No processo de consolidação do Estado republicano e de suas formas de poder, entre as décadas de 1920 e 1930, o combate ao cangaço feito por polícias “volantes” - formadas especialmente para perseguir cangaceiros - adveio de conjunto de políticas públicas que buscavam “preencher o ‘vazio’ do Estado, o qual também era chamado de ‘fronteiras’, ‘interior’ e ‘sertão’, e classificado como lugar de desordem, barbárie e atraso” (CLEMENTE, 2013, p. 138). No final da década de 1930, o bando de Virgulino foi desfeito após travar um combate com força volante liderada pelo tenente João Bezerra. O cangaceiro Lampião, a sua companheira Maria Bonita e outros nove bandoleiros morreram na Grota de Angico, do município de Poço Redondo, estado de Sergipe, em 1938. Depois da morte desses principais cangaceiros, em momento de centralização político-administrativa do Governo Federal que se tentava impor com o chamado Estado Novo (1937-1945), suas cabeças decepadas e seus despojos foram tomados como troféus da força da repressão estatal contra o banditismo e exibidos pelas cidades da região para inibir qualquer prática semelhante.

Por mais que se identifique acertadamente tipos recorrentes de cangaço, como os de “vingança”, de “refúgio” e de “meio de vida” (MELLO, 2004), sabemos da existência de uma maior dinamicidade no meio bandoleiro. Num mesmo grupo de cangaceiros era possível encontrar indivíduos de estados diferentes, “com experiências de vida distintas, formas de falar e agir peculiares, traços de religiosidade e relacionamentos pessoais que não necessariamente se assemelhavam em demasia às experiências de seus colegas de armas” (PERICÁS, 2010). Outros fatores equivalentes fizeram com que as formas de entrada, vivência e permanência no cangaço variassem bastante. A constatação fica nítida quando se observa a indumentária, os hábitos, a culinária, as crenças e o folclore presente nesse universo. Por conta da diversidade cultural, estética e social singular que circunda o cangaço, seria superficial considerá-lo apenas como manifestação de marginalidade.

A memória do cangaço e a temporalidade nordestina

Nas andanças pelas veredas dos sertões, os cangaceiros passaram por lugares que seriam reconhecidos posteriormente como estados nordestinos brasileiros. Paulatinamente, as reminiscências de suas vivências foram conservadas, transmitidas e ressignificadas através de diferentes suportes, tais como oralidades, cordéis, livros, jornais, fotografias, filmes etc. Esses fatores podem até elucidar parte do extenso compartilhamento mnemônico que conhecemos, entretanto, não explicam de maneira convincente o porquê de as relações entre as memórias do cangaço e as temporalidades nordestinas figurarem praticamente enquanto essenciais em variados cenários da cultura brasileira. Como se fosse impossível pensar num “país dos nordestinos” sem presença dos cangaceiros.²

O sentimento de comunhão talvez seja claro, mas a explicação é objeto de infundável discussão. Com indagações assim, começamos a adentrar o campo do imaginário social, logo, não há como prescindir dos trabalhos mnemônicos realizados por instituições, grupos e indivíduos em torno do cangaço tanto no tempo do fenômeno quanto no tempo posterior à experiência para se entender os problemas suscitados. Para tanto, precisa-se notar como os “imaginários sociais constituem pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer coletividade produz e através da qual ela se percebe, divide, elabora os seus próprios objetivos e designa a sua identidade” (BACZKO, 1985, p. 309). Por esse caminho, em que se busca entender a formação histórica do imaginário nordestino, o trajeto escolhido é analisar a região nordestina como uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008), procurando perceber como o fenômeno cangaceiro passou a ser situado nessa paisagem imaginária.

A comunidade imaginada é uma expressão concebida para se pensar produtos culturais conhecidos como nação, nacionalidade e nacionalismo. Segundo Benedict Anderson (2008, p. 30), a condição nacional, datada no mínimo desde o século XVIII, teve larga influência na constituição do mundo moderno e sua legitimidade na atualidade é tão cristalina que não se enxerga nem remotamente o seu fim. A formação desses produtos teria sido “uma destilação espontânea do ‘cruzamento’ complexo de diferentes forças históricas que, depois de criadas, se tornaram ‘modulares’”. As suas distinções não

² A expressão aparece em poema – compilado na obra de Nertan Macêdo (1959) - no qual o cangaceiro figura como símbolo nordestino.

seriam configuradas por critérios de falsidade ou autenticidade, já que isso levaria a crer que umas podem ser mais reais do que outras, mas pelo estilo em que são imaginadas, por grupos ditos intelectuais ou populares. Existe um amplo debate historiográfico sobre tais questões. Stuart Hall (2005, p. 55) sintetizou bem alguns pontos centrais dessa criação ao salientar “a narrativa da nação que representa experiências partilhadas; a ênfase nas origens com destaque aos elementos ditos essenciais; a invenção das tradições que, apesar de parecerem longínquas, são muitas vezes bem recentes; o mito fundacional que localiza a nação em tempos imemoriais; e a valorização de um povo puro e original circunscrita ao plano simbólico, haja vista o seu desprestígio na prática”.

Com efeito, essas práticas não atribuem significados somente às nações, pois concedem igualmente sentidos às regiões, às localidades e a outros territórios. A região, enquanto objeto de representação, congrega atos de percepção e apreciação de indivíduos que investem seus interesses em emblemas, bandeiras e insígnias que constroem identidade regional (BOURDIEU, 2010). Afinal, a “história regional não seria somente aquela que aconteceria no interior das fronteiras regionais, mas igualmente a história dos acontecimentos que produziram essas dadas fronteiras” (ALBUQUERQUE, 2008).³ Sendo assim, parece fazer todo sentido mobilizar o conceito de comunidade imaginada para abordar a região nordestina. Não por coincidência, a propósito, ela é chamada simbolicamente de “país dos nordestinos”.

Partindo desse debate, procuramos refletir especificamente acerca de como algumas ações e representações do cangaço fizeram parte do processo de construção histórica do espaço e do tempo da região nordestina, notando como elas atuaram na criação dos seus contornos simbólicos. O interessante é identificar a paisagem que os nordestinos formulam, acreditam, reivindicam e contestam, enfim, o terreno em que se movimentam. Um apego profundo é expresso pelo senso de pertencimento entre os seus habitantes, todavia, existem várias disputas em torno do significado de Nordeste e do ser nordestino, sobremaneira quando o cangaço está na pauta do debate.

³ Conforme o autor, a etimologia da palavra região deriva do latim - regere - que designava uma formação militar romana, a qual foi, por sua vez, referenciada na palavra latina - regione - usada para nomear uma área que estava sob esse comando. Na Idade Média, a região relaciona-se ao domínio de um rei, que o nomeava a partir do latim, régio. Posteriormente, com a emergência das práticas modernas de nacionalismo, a região passa a ser uma “parte” vital do “todo” que é a nação.

Foi ao longo do século XIX, no período imperial do Brasil, que surgiram as primeiras tentativas de construção do imaginário de nação brasileira. Desse aspecto, convém sinalizar que, após o advento republicano, observa-se uma série de fatores que acabam redefinindo os contornos nacionais geradores de fragmentação da antiga divisão regional do país entre Norte e Sul. Daí emerge o Nordeste. No entanto, Frederico de Castro Neves percebe como é comum alguns pesquisadores indicarem que a região é um dado, chegando a “mencionar até a existência de um Nordeste no período colonial ou durante o império, o que não é somente um ato inocente, já que pode ser usado para perpetuar identidades míticas, reforçar preconceitos e acentuar diferenças”. A ideia de que o Nordeste é uma invenção do século XX, todavia, dispõe de profunda coerência histórica, uma vez que quando pensamos nessa região “não citamos apenas um ponto no mapa, mas fazemos referência a um conteúdo sociopolítico que identifica uma forma social de ser e de existir historicamente” (NEVES, 2012, p. 7).

Por abordarmos perspectiva mais simbólica dentre outras trajetórias de investigação do Nordeste na historiografia, a obra de Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2011) é basilar. Para o autor, que investigou a região enquanto “objeto de saber e espaço de poder” através de práticas e discursos regionalistas em torno da arte, da literatura, da política, de movimentos sociais e culturais que vão conferindo-lhe toda uma dizibilidade e visibilidade, a “invenção do Nordeste” surge especificamente entre as décadas de 1910 e 1920 como “reação às estratégias de nacionalização que o dispositivo das nacionalidades e a formação discursiva nacional-popular põem em funcionamento” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 130).

Segundo Albuquerque Jr. (2011), três ações foram centrais na demarcação do território que se tornaria o espaço da região nordestina: o combate à seca, que o fez ter maior atenção do poder público federal e resultou na criação da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), em 1919, para atuar na parte seca do Norte, o “Nordeste”; os conchavos políticos de grupos elitistas, sobretudo, dos parlamentares do Congresso Nacional integrantes do Bloco do Norte, criado nos anos 1920, que se organizam para tentar manter seus poderes diante de uma iminente decadência e unificar reivindicações dos estados contra política discriminatória que diziam sofrer em relação aos estados do Sul; e o combate ao cangaço e ao messianismo, que também figura como motivo de veiculação crescente de discurso solidário entre estes políticos nortistas. A despeito dos

cangaceiros, que eram acusados de não respeitar as fronteiras estaduais, o que passa a exigir crescente atuação conjunta do aparelho repressivo estatal, destaca-se o “Convênio contra o Banditismo” realizado entre os estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, na Repartição Central da Polícia de Pernambuco, em 1922, com o fim de “extinguir os bandos de cangaceiros e capturar os criminosos que perturbam a ordem pública”.

Nesse período, a construção da região nordestina também surge de uma “série de práticas discursivas que vão afirmando uma sensibilidade regional” através dos trabalhos de intelectuais, folcloristas, artistas etc. “Daí que veio a arte de dar tempo ao espaço” (RAMOS, 2012). Em contraposição aos fatores naturalistas que vinham conferindo imagem pejorativa à nascente região, muitos usaram fatores históricos para construir diferentes tempos para o espaço nordestino e, ao falarem “de uma história do Nordeste desde o século XVI, lançam para trás uma problemática surgida só no início do século XX” (ALBUQUERQUE, 2008). O trânsito entre esses discursos fica nítido na atuação de alguns folcloristas. Um exemplo vem de Gustavo Barroso, na sua obra “Heróis e bandidos: Os cangaceiros de Nordeste”, de 1917. Barroso construiu representações para o Nordeste sertanejo, supondo “que a alma da nação poderia ser encontrada com o estudo do folclore do sertão”; que a ‘tradição mantém o culto pela bravura e mesmo pelo crime’; e que “o cangaceiro foi, geralmente, enaltecido como herói, por sua ‘valentia’ e ‘coragem’ em contraposição aos poderosos (MOREIRA, 2006). A partir de sua experiência, notamos como o cangaço vai, aos poucos, saindo das páginas policiais para os escritos de domínios culturais.

A “invenção do Nordeste” foi imaginada, portanto, articulando a ideia de que teria uma natureza-espaço e uma cultura-tempo particular nas primeiras décadas do século XX. Albuquerque Jr, (2013, p. 22) aponta como a região seria, por um lado, um recorte natural distinto no território nacional, algo legitimado pelo “tema das secas periódicas” e, por outro lado, teria “uma cultura regional distinta, imune às influências ‘deletérias’ do cosmopolitismo que se dera em outras áreas do país, desnacionalizando-as”. As ações e representações da memória do cangaço contribuíram na demarcação, já que, de um lado, o discurso de combate aos cangaceiros que transitavam pelos locais que viriam a compor a região cooperou para instituir um espaço propriamente nordestino e, do outro, porque alguns intelectuais, tal qual Gustavo Barroso, tentaram retirar as marcas

negativas que esses discursos imprimiam na região, construindo significações temporais ao presumir que, no sertão, encontrava-se “a alma da nação”.

O estudo da construção do imaginário nordestino mostra igualmente as maneiras pelas quais a memória cangaceira foi sendo lembrada, esquecida e silenciada. Trata-se de evidente palimpsesto da cultura brasileira por ser reescrito indefinidamente, mediante correções, acréscimos, revisões, deslizamentos, em que nenhuma interpretação escapa à configuração das forças discursivas em luta (ARAÚJO SÁ, 2011). No início do século XX, nota-se de forma até comum que os cangaceiros foram excluídos dos quadros mnemônicos oficiais do país por viverem fora da lei. Em contrapartida, houve intensa preservação nos suportes ditos populares através da oralidade, do folheto de cordel, da xilogravura, do artesanato e da dança, o que nutriu vontade de registro dito intelectualizado via os suportes da literatura, do folclore, da etnologia, da ciência criminal e de outros meios. A sobrevivência foi, por sua vez, marcada por traços de censura real e simbólica. O fato de as cabeças decepadas dos cangaceiros terem sido mumificadas para conservação em museu e liberadas para sepultamento somente pouco depois de meados do século XX atesta parte do controle orquestrado.⁴ Não seria, portanto, completa metáfora dizer que, antes de a cultura popular nordestina ser revisitada no tempo presente, ela foi revistada, policiada e repreendida. A questão elencada é que o tema tem ampla recorrência cultural contemporânea e fez-se presente em várias manifestações no decorrer do século XX, com intensificação mediada pela sua veiculação nos meios de comunicação de massa, na imprensa, no cinema, na música, na arte etc.

Apesar da região concentrar uma realidade múltipla de vidas, a imagem nordestina no senso comum está relacionada a determinados estereótipos: sociedade rural, agrária e artesanal, popular, violenta, religiosa e mística. Destarte, ela é mais recente do que a expressão quase ontológica “país dos nordestinos” pressupõe, manifesta e inculca. As representações do espaço e do tempo da região variam bastante, mas uma marca comum tornou-se a alusão ao cangaço. Com o passar do tempo, todavia, o que outrora foi uma associação conjuntural virou uma associação modular, por isso as forjadas ligações são apresentadas como se fossem essenciais. Dessa forma, o fenômeno do cangaço foi

⁴ Foram conservadas por “interesse de estudo da criminalidade brasileira” no Museu do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, do estado da Bahia, e sepultadas apenas no final da década de 1960 (Cf. LIMA, 1965). Um caso que talvez represente bem o que Michel de Certeau (1995) chamou de “beleza do morto”.

sendo tornado uma história em comum nordestina, ou seja, um “mito nordestino”, pois a mitificação resulta dos deslocamentos de sentido que uma dada narrativa produz para determinado objeto.

Sob a perspectiva de estudos da memória e da temporalidade, pode-se sinalizar que os numerosos trabalhos da memória que criaram historicamente a comunidade imaginada nordestina demarcaram-na, por trazer sinal de anterioridade, com um antes, um durante e um depois, isto é, instauraram-na uma “medida de tempo”, a qual entendemos como um referencial para a temporalidade nordestina. Ao longo dos anos, esse referente foi sendo preenchido por várias imagens que, de tão recorrentes, formaram uma “estrutura de repetição”. Como vimos que as lembranças sobre o cangaço fizeram parte da construção dessa medida, seria pertinente mapear posteriormente sua estrutura de repetição destacando algumas imagens usuais. A interpelação dessa paisagem é fundamental, porque fornece condições de percebermos seus muitos “estratos de tempo”, quer dizer, suas diferentes durações - ritmos, sensações e variações -, que podem ser tanto de ruptura quanto de continuidade em relação à medida de tempo referencial, pois cada estrato tem sua própria medida (KOSELLECK, 2014, p. 9, 15 e 16). O Nordeste do senso comum pode até ser homogêneo, fixo e enraizado, mas o instigante é se dispor a entender a região nordestina da forma como ela é: heterogênea, plural e rizomática.

O mito nordestino

No terreno das forjadas identidades regionais, a memória do cangaço apropriada como elemento que concede sentido à temporalidade nordestina é o que chamamos de mito nordestino. As representações do cangaço compósitas desse quadro foram produzidas tanto no tempo do fenômeno quanto posterior à experiência. Assim, torna-se possível historicizar diferentes contextos ao longo do século XX, apresentando indícios de produções culturais que, em geral, debruçaram-se no assunto para identificarmos alguns paradigmas de explicação em que se basearam, principalmente na perspectiva do binômio nacional-popular, por operarem vários tipos de regionalismo na construção simbólica da nação/região/localidade, e que demarcam de modo amplo tal imaginário

nordestino: o naturalista, o sociológico, o marxista, o antropológico e o pós-moderno.⁵

No período da “Proclamação da República à Revolução de 1930”, no tempo do liberalismo excludente em que o cangaço torna-se um fenômeno epidêmico, o paradigma naturalista calcado na diferenciação do meio e da raça prevalece na formação da imagem do Nordeste e na demarcação do seu espaço como atrasado, primitivo e rústico. Por isso, o combate aberto ao cangaço, que origina ações como o *Convênio contra o banditismo*, em 1922, forja representações dos cangaceiros com associações pejorativas animais, como facínoras, feras e bárbaros, o que marca o nordestino com o estigma da violência, da selvageria e da crueldade. Mas, “à medida que o saber naturalista, de base evolucionista e biológica, entra em crise, é o saber sociológico, preocupado com as questões sociais e culturais, que vai assumindo um papel de suma importância na definição das identidades regionais” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 108).

Para compensar o desgaste da nascente imagem nordestina, alguns intelectuais procuram legitimar o espaço inventando tradições culturais, atribuindo-lhe uma temporalidade a fim de salvar lugares ameaçados, manter privilégios e equilibrar ordens políticas. Na busca das raízes culturais, em que o folclore opera idealização do popular por supostamente revelar a essência da região, é que se consegue modificar parcialmente essas imagens. O folclorista Gustavo Barroso, que escreve *Heroes e Bandidos: cangaceiros de Nordeste*, em 1917, parece estar sob o influxo tanto do paradigma naturalista quanto do sociológico, pois carrega um misto de repressão e admiração pelos cangaceiros; daí que, por um lado, propõe formas de eliminação do fenômeno, e, por outro, admira sua presença nas expressões culturais da tradição sertaneja nortista. Em trabalhos como esse, alguns valores considerados positivos em torno do cangaço são tomados como representativos da “alma sertaneja”, a exemplo do instinto animal, que é o motor da bravura, da macheza e da valentia, os quais acabam marcando o nordestino.

No período do “início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo”, em meados da década de 1940, no tempo do nacional-estatismo, em que há reforço considerável da repressão estatal ao cangaço, a entrada em cena do paradigma marxista é decisiva na

⁵ Os contextos republicanos apontados são baseados na coleção organizada por Jorge Ferreira e Lucília Delgado (2003) em sintonia com o pensamento de Durval Muniz (2011) sobre o Nordeste e demais obras que tratam direta ou indiretamente do cangaço. As fontes estão indicadas na parte final do texto.

emergência de nova imagem de Nordeste, na qual se concentra a denúncia de seu atraso, fome e miséria em clara intenção de combate à ideia de inferioridade regional. Por parte do governo, algumas operações de propaganda de Getúlio Vargas continuam tomando os cangaceiros “como bandidos abjetos, inimigos da civilização e elementos desestabilizadores da sociedade por conta da ausência da monopolização da violência pelo Estado e da necessidade de se civilizar o sertão” (ARAÚJO SÁ, 2011, p. 134). Nesse aspecto, algumas obras, como a de Ranulfo Prata, *Lampião*, primeira biografia do cangaceiro, publicada em 1933, carrega sentidos bem próximos. Contudo, por parte de certa literatura regionalista, o cangaceiro é lido como consequência da seca, da “incapacidade ou da negativa dos poderes públicos em dar solução ao problema, ou ainda como revolta contra a sociedade moderna que se instala, pois, embora fosse violento e terrível, era justo e paternal” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 141), algo que representava a ordem tradicional da qual eram integrantes. Em parte dessa literatura, explícita na leitura de Jorge Amado, com o seu *Capitães de Areia*, de 1937, figura uma imagem do cangaceiro em arquétipo de resistência popular, uma “arma de conscientização política”.

No período balizado pela “democratização de 1945 e a ditadura civil-militar instaurada em 1964”, no tempo da experiência democrática e da experiência ditatorial das décadas de 1940, 1950 e 1960, em que o cangaço foi exterminado e passou a ser mais apropriado no campo da cultura, vemos o paradigma marxista se estabelecer e formar outra imagem, a do Nordeste como o território da revolta, que toma o cangaceiro enquanto um revolucionário em potencial. Esse “Nordeste rebelde, bárbaro e primitivo devia ser domado ou pela disciplina burguesa ou pela ‘disciplina revolucionária’”. Se, nas duas décadas anteriores, “as obras têm mais um tom de denúncia, uma preocupação proselitista, nas décadas seguintes, a cultura passa a ser vista como forma de intervenção direta na realidade, como militância junto ao povo” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 222). Exemplo disso é o livro de Rui Facó, *Cangaceiros e fanáticos*, de 1963, que apresenta o cangaceiro com propensão a justiceiro revolucionário. No período, nota-se como o paradigma naturalista perde força em detrimento do sociológico, pois cangaceiros não são mais tão vistos como produtos inteiramente do meio, mas também do contexto social. Contudo, parecem existir alguns resquícios, o que talvez esteja em Estácio de Lima, na obra *O mundo estranho dos cangaceiros*, de 1965, que, embora vislumbre nos cangaceiros a possibilidade de reabilitação, ainda os julga estranhos.

No período do “regime militar e dos movimentos sociais em fins do século XX”, no tempo da gradual distensão política da ditadura das décadas de 1970 e 1980, em que as vozes de sujeitos envolvidos diretamente com o cangaço ganham relevado espaço na cena pública, constata-se paradigma antropológico que identifica o Nordeste de forma mais humanizada, baseado nas narrativas do indivíduo comum. O registro, uso e circulação de variados depoimentos de ex-cangaceiros e ex-volantes atestam essa ideia. É o caso respectivamente do documentário de Hermano Pena, as *Mulheres no Cangaço*, de 1976, que entrevista as ex-cangaceiras Dadá e Sila, e do livro o *Canto do Acauã*, de 1978, de Mariloude Ferraz, filha do coronel Manuel Flor, tenente que combateu os cangaceiros e teve suas memórias registradas por Ferraz. Nesse tipo de visão, seja do cangaceiro ou do volante, percebe-se um combate explícito no campo mnemônico entre a “memória anti-volante”, que costuma tomar o cangaceiro como injustiçado, e a “memória anti-cangaceiro”, que o toma como um bandoleiro cruel (BARROS, 2007).

No mesmo intervalo, observa-se a presença de paradigma pós-moderno que apresenta linhas de dissonância na construção idealizada do nacional-popular, uma vez que imagens nordestinas mais heterogêneas, globalizadas e híbridas fazem as disputas entre os nordestinos terem outras diferenciações. O livro de Aglae Lima de Oliveira, *Lampião, Cangaço e Nordeste*, de 1970, é um exemplar significativo da relação quase umbilical estabelecida entre o fenômeno e a região, os quais são unidos, sobretudo, em combate àqueles que a estigmatizam, por isso o culto nostálgico à valentia dos cangaceiros como maneira de se sobrepor-se ao outro. Todavia, há claramente maior circulação de imagens discordantes que almejam romper modelos identitários, como no jornal homossexual *Lampião da Esquina*, de 1978, que se apropria da imagem desse cangaceiro para movimentar críticas à cultura padrão, patriarcal e machista.

A partir da observação desses paradigmas, que evidentemente se entrecruzam no decorrer do tempo, fica nítida a centralidade da memória cangaceira na estruturação da temporalidade nordestina. Contudo, importa destacar que compartilhar marcos memoriais não significa dispor das mesmas representações de passado. Os indivíduos que transitam por essa paisagem passaram a partilhar tal memória em suas faculdades mentais de diferentes formas, tanto através de acontecimentos vividos ou vividos por tabela, devido a interação com pessoas, personagens e lugares ligados ao cangaço, quanto em virtude do contato com sociotransmissores - escritos, visuais e orais - que

carregam consigo essa distinção identitária (POLLAK, 1992; CANDAU, 2012). Nesses meios de revisitação, um fragmento do pensamento de Henry Rousso elucida parte do que pontuamos, pois, “na maior parte do tempo, esta identidade reencontrada ou que se procura deve fundamentar a sua ação por um enraizamento mais ou menos justificado e reinventado, num passado e duração que assim lhe ofereçam certa legitimidade” (ROUSSO apud DELACROIX, 2012).

No terço final do século XX, conjuntura de redemocratização no mundo ocidental, em que houve um fortalecimento da cultura mnemônica em nome da tríade - memória, identidade e patrimônio, muitas memórias subterrâneas do cangaço eclodiram no debate público, operando simultaneamente fragmentação de identidades hegemônicas e reivindicação de novos patrimônios por grupos que não se reconheciam em heranças antes instituídas (AUTOR, 2018). O documentário cearense *Caldeirão da Santa Cruz do Deserto* é um dos marcos dessas ressignificações no tempo presente. O seu diretor, Rosemberg Cariry, nasceu no interior do Ceará, em Farias Brito, região do Cariri, na década de 1950. O filme levou à cena uma história até então pouco conhecida para o grande público brasileiro. Trata-se de produção instigante, porque permite lançarmos olhar para a problemática em relevo através de uma redução na escala de análise atenta para as nuances que foram pautadas ao longo desse texto.

O *Caldeirão*, primeiro longa-metragem de Cariry, retrata as comunidades religiosas cearenses de Baixa D’Anta e Caldeirão, lideradas pelo beato José Lourenço, nas primeiras décadas do século XX. Produzido com base em vasto material, sobretudo nos depoimentos de remanescentes das comunidades, perpassa também por temas que o cineasta desenvolve posteriormente em outros filmes - os movimentos rurais, os movimentos messiânicos e o movimento do cangaço. Referente às memórias silenciadas, alguns elementos ligados direta e indiretamente aos beatos, como os cangaceiros, o bumba meu boi, o reisado e outros, entram em cena. Não por acaso, a película foi noticiada pela imprensa sulista, no ano de seu lançamento em 1986, como “filme que marca o encontro do povo cearense com a sua memória, durante tantas décadas amordaçada” (MILLARCH, 1986, p. 13).

Na abertura do documentário, duas personagens recorrentes das oralidades sertanejas - beatos e cangaceiros - são encarnados como símbolos da luta popular da região nordestina no palco do milenar conflito entre os sertanejos e o poder institucional que o

teria negligenciado. O longa indica aspectos intrigantes sobre o cangaço por insinuar algo que tem profunda semelhança com muitas outras narrativas em torno do fenômeno. Considera tanto que a região existe desde o começo do Brasil, uma vez que “desde as sesmarias, o latifúndio divide o Nordeste entre senhores e miseráveis”, quanto que os bandoleiros são signos de levantes regionais, pois “beatos e cangaceiros lideravam as massas oprimidas contra a infelicidade e a fome”. Além disso, o narrador informa, logo na sequência, que “a falta de democracia no país, a manipulação alienadora e a desumana exploração financeira retiraram das romarias a expressão de rebeldia popular. Move-se impiedosa a indústria da fé e da miséria” (CARIRY, 1986).

Destarte, a clarividente politização do documentário, produzido em contexto marcado pela busca do direito à memória, por denúncias contra a mercantilização da cultura e pela supressão de suas manifestações tradicionais, faz com que o fenômeno figure como representante máximo da contestação popular. Assim, a memória que constrói parece ser mais organizada pelo paradigma marxista em contraponto ao paradigma naturalista, de tal forma que se “distancia da leitura guiada pela determinação do meio que considera o ‘sertanejo atávico e inerte’, para construir representação do sertanejo que, em seus gritos de rebeldia por vida digna, transforma-se em ‘agente transformador do seu espaço’” (REGIS, 2004).

Considerações finais

A memória do cangaço teve seu lugar modificado variadas vezes na temporalidade da região nordestina. Esse mito nordestino, lido frequentemente balizado por determinados paradigmas - naturalista, sociológico, marxista, antropológico e pós-moderno, é diverso, dinâmico e contrastante. Como sugerimos, a fertilidade do debate reside na percepção sobre as muitas maneiras pelas quais uma comunidade imaginada é remodelada. O filme *Caldeirão* ressalta apenas certas características. A reflexão acerca das variações pode ser potencializada ao procurar se perceber o entrecruzamento dos paradigmas em objetos de estudo específicos, notando como são mobilizados em distintas circunstâncias, nas quais o mito é forjado, contestado, negociado e até neutralizado.

Todo trabalho memorial acontece em meio à escolhas e renúncias. Baseadas em suas

distintas experiências e expectativas, diferentes instituições, grupos e indivíduos ressignificam o tema, conforme os seus usos do passado, demandas do presente e vislumbres de futuro que acionam esses jogos da memória e conferem muitos sentidos à temporalidade nordestina. As representações dos cangaceiros, sobretudo de Lampião, expressam o grau de disputa do conteúdo, já que podem variar por extremidades, que circulam desde “bandidos”, “facínoras”, “reacionários”, “rústicos” e “viris” até “heróis”, “valentes”, “revolucionários”, “instruídos” e “afeminados”.

Para além da defesa de uma suposta história totalmente verídica que, às vezes, tem mais relação com a proteção de demandas de quem incorpora essa retórica, está nítido que essas nuances indicam valores daqueles que mobilizam tais engrenagens. Mesmo assim, livrando-se das carências e dos excessos de cada representação entoada, é possível, à revelia dos que costumam enquadrar o cangaço em redomas, escrever não somente a história dos que rememoram o tema, mas também do fenômeno em si, por meio das múltiplas facetas em cena que permitem abordá-lo em sua complexidade.

REFERÊNCIAS

Fontes:

BARROSO, Gustavo. **Heroes e Bandidos: cangaceiros de Nordeste**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1917.

Convênio contra o banditismo - celebrado entre os estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Recife, 15 de dezembro de (1922).

PRATA, Ranulfo. **Lampião**. São Paulo: Ed Piratininga Ltda, (1933).

AMADO, Jorge. **Capitães de Areia**. Rio de Janeiro: José Olympio, (1937).

MACÊDO, Nertan. **Cancioneiro de Lampião**. Rio de Janeiro: Leitura S/A, (1959).

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, (1963).

LIMA, Estácio. **O mundo estranho dos cangaceiros**. Salvador: Editôra Itapôa (sic) LTDA, (1965).

OLIVEIRA, Aglae de Lima. **Lampião, Cangaço e Nordeste**. Rio de Janeiro: Empresa (sic) Gráfica ‘O Cruzeiro’ S.A., (1970).

PENNA, Hermano. **Mulheres do cangaço**, não ficção, cor, 35 mm, (1976).

FERRAZ, Marilourdes. **Canto do Acauã**. Belém: Gráfica Falangola, (1978).

Periódico **Lampião da esquina** (1978).

CARIRY, Rosemberg. **O Caldeirão de Santa Cruz do Deserto**, não ficção, cor, 16 mm, (1986).

MILLARCH, Aramis. **Cinema cearense mostra a guerra do caldeirão**. *Estado do Paraná*, Curitiba, 7 de novembro. Almanaque, Tablóide, p. 13, (1986).

BIBLIOGRAFIA:

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. In: **Fronteiras**: Dourados, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.

_____. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Feira dos Mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920 - 1950)**. São Paulo: Intermeios, 2013

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Origem e difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO SÁ, Antônio Fernando. **O Cangaço nas batalhas da memória**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2011

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et all. **Antropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **A derradeira gesta: Lampião e Nazarenos guerreando no sertão**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A Cultura no plural**. Campinas, SP: Papiurus, 1995.

CLEMENTE, Marcos Edilson de Araújo. “Ordem e desordem: campanhas de repressão ao cangaço e as formas de poder republicano na década de 1920”. In: **História e Perspectivas**, Uberlândia (49): 135-174, jul./dez., 2013.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. **Correntes históricas na França: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV; São Paulo: Editora Unesp, 2012.

FERREIRA, Jorge & NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). **Brasil Republicano**. v.1, 446 p.; v.2, 376p.; v.3, 432p.; v.4, 432p. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2014.

MELLO, Frederico Pernambucano. **Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. Terra do sol entre deus e diabo. In: **Trajeto** - revista de História UFC, Fortaleza, vol. 4, n. 8, 2006.

NEVES, Frederico de Castro. O Nordeste e a historiografia brasileira. In: **Ponta de Lança**, São Cristóvão, v.5, n. 10 abr. – out. 2012.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge & NEVES, Lucília de Almeida (Orgs.). **Brasil Republicano**. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os Cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. O cangaço desmistificado. In: GAMA, Aldo. **Brasil de Fato**, São Paulo, 02 mai. 2011. Cultura.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O fato e a fábula**: O Ceará na escrita da História. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

REGIS, Iza Luciene Mendes. **Luz, Câmera, Sertão**: bravura e fé na cinematografia de Rosemberg Cariry (1986-1996). Dissertação de mestrado. Fortaleza: História UFC, 2004.

WIESEBRON, Marianne L. Historiografia do cangaço e estado atual da pesquisa sobre o banditismo a nível nacional e internacional. In: **Coleção Mossoroense** (Fundação Vingt-un Rosado), Série “A”, nº 90, Mossoró, 1997.

Recebido em 30 de maio de 2018

Aprovado em 15 de junho de 2018